

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 3.372, DE 2004

Dispõe sobre mecanismos de segurança para acesso aos sistemas e bancos de dados da Administração Pública Federal.

Autor: Deputado EDUARDO PAES

Relator: Deputado ARIOSTO HOLANDA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.372, de 2004, do ilustre Deputado Eduardo Paes, pretende ampliar a segurança no acesso aos sistemas e dados residentes na Administração Pública Federal. Para tal, Sua Excelência propõe que sejam agregados elementos relacionados com as técnicas de identificação biométrica, de sorte a não restar qualquer dúvida quanto à identidade das pessoas que acessam estas informações.

O nobre Autor identifica falhas nos atuais métodos de segurança, essencialmente baseados em senhas alfanuméricas e destaca a importância da ampliação dos mecanismos de segurança, uma vez que os sistemas e dados são portadores de informações restritas ou mesmo sigilosas. Como exemplo de sucesso, cita o caso de utilização de técnicas de identificação biométrica no Supremo Tribunal Federal para acesso às informações protegidas por segredo de justiça.

Consta também da proposição em análise a obrigatoriedade do registro e manutenção de todas as alterações feitas nas informações, de forma a garantir sua identificação e correção, quando necessárias.

A proposta foi inicialmente enviada à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, onde foi aprovada por unanimidade. Recebida, agora, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, nos vem para emissão do parecer. Destacamos que, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

II - VOTO DO RELATOR

Com o avanço da tecnologia e a ampliação das informações disponíveis acerca das pessoas em bases de dados, cabe, sem dúvida, ao Poder Público a proteção dos cidadãos quanto à utilização de dados restritos e sigilosos. Embora os sistemas ganhem em complexidade, também cada vez mais complexos são as formas de burla e acesso indevido às bases de dados.

Neste sentido, consideramos bastante meritória a iniciativa do nobre Deputado Eduardo Paes, uma vez que abarca, numa única proposta, a segurança no acesso, por meio da utilização de sistemas de biometria, e o necessário registro de alterações das informações, de sorte a permitir a recomposição dos dados em caso de necessidade.

Lembramos que o Poder Público não pode ser identificado como proprietário das informações, mas somente como fiel depositário e, como tal, tem por dever a utilização das melhores técnicas disponíveis para a sua preservação.

O texto apresentado nos parece adequado, embora mereça reparos quanto à técnica legislativa e quanto à redação, o que deve ser feito quando de sua tramitação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Quanto ao mérito, cuja análise compete à presente Comissão, destacamos a pertinência do tema e a boa oportunidade de análise por esta Casa Legislativa.

Deste modo, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.372, de 2004, na forma apresentada pelo Autor.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado ARIOSTO HOLANDA
Relator